

AS MATEMÁTICAS, O SOCIAL E A CLASSIFICAÇÃO CIENTÍFICA DA CONTABILIDADE

Prof. Dr. Antônio Lopes de Sá*

Saber pensar é muito mais que saber fazer porque o ato é mero efeito onde a mente é a causa. A verdadeira compreensão sobre a função que o profissional desempenha exige que este bem se situe no cenário do conhecimento que pratica.

Exigível, pois, se faz conhecer qual o adequado grupamento científico em que se situa a Contabilidade porque esta é uma definição da própria especialização.

Equívocos de classificação levam a imprecisão de métodos e esta a conclusões incertas na explicação e interpretação dos movimentos da riqueza das empresas e das instituições.

Erros de entendimentos sobre a natureza e a hierarquia do conhecimento reduzem a qualidade do trabalho e podem distorcer opiniões, lesando a ética e conduzindo a enganos que tendem a prejudicar a terceiros e ao próprio profissional.

LIMITES DO VALOR DA TAREFA EXECUTIVA

A evolução do homem, no curso da história, evidencia que dos atos físicos foi ele se elevando aos poderes da mente até que chegasse, como agora estamos, em uma era na qual prevalece “conhecimento”.

O despertar para uma consciência do valor do saber, manifestada há milênios, foi adquirindo progressivamente importância até que atualmente chegasse a ser uma condição essencial para o estabelecimento dos limites de qualidade sobre o que se pratica.

O importante não é apenas saber fazer algo, mas, especialmente o compreender a razão porque as coisas são feitas.

Se o número de personalidades criadoras diminuiu, como bem o acusou um dos homens que muito exerceu a criatividade e que foi Albert Einstein (em sua obra “Como vejo o Mundo”, no item sobre Comunidade e Personalidade), uma das razões fundamentais está exatamente no enfraquecimento dos

processos educacionais, estes preocupados mais com a execução que com a reflexão.

A deficiência educacional afeta a todos, quer empresas, quer instituições, quer a convivência dos seres em geral.

Como são as impressões dos primeiros anos de existência as que mais prevalecem na vida do indivíduo, os defeitos educacionais tendem a formar cidadãos desinteressados pelas suas independências intelectuais.

Alguns se escravizam até a prevenções, alheios à advertência de Voltaire de que “o preconceito é uma opinião desprovida de julgamento”.

O pior é ainda que na medida em que se duplicam as populações igualmente cresce o número de indiferentes à cultura de natureza reflexiva e aumenta, obviamente, os que se conformam em copiar sem refletir (e admito isto como uma forma de convencionalismo gravoso, às vezes até preconceituoso).

É natural pois, que tenha ultimamente decaído a qualidade do trabalho, especialmente no campo das profissões liberais, em defluência da falta de independência cultural e do descaso para a conquista desta.

O homem somente se liberta da ignorância e cresce na escala de valor na medida em que se dedica à reflexão, acumulando, também, conhecimentos para a tudo exercer com sabedoria.

O conformismo em limitar-se a tarefas executivas reduz consideravelmente a utilidade do trabalho profissional porque não rompe os limites reduzidos do “saber fazer apenas um determinado trabalho”, sem conhecer a importância e a utilidade real, em sentido holístico, do que “poderia realmente ser feito” se “soubesse as razões do porque se fazem as coisas” e “em que se insere a importância do que se faz”.

A CONSCIÊNCIA SOBRE O CONHECIMENTO CONTÁBIL

Saber, por exemplo, se a Contabilidade é uma ciência social ou se é da área das matemáticas, deixa de preocupar aos não comprometidos com uma cultura superior, mas, como consequência, também lhes limita a competência no exercício do conhecimento.

Desinteressar-se por saber em que ramo do conhecimento se situa uma profissão não deixa de ser um comodismo, mas, também, uma acomodação gravosa perante a conquista de uma capacidade de entendimento sobre os acontecimentos.

É preocupante, todavia, tal resignação, considerando a qualidade que deve ter um desempenho profissional, especialmente o de um Contador.

É imprescindível a quem executa um trabalho responsável o entender intensamente sobre o que realmente está incumbido de fazer.

Trata-se, tal posicionamento, de uma responsabilidade a ser cumprida, estabelecida, inclusive, em nosso Código de Ética Profissional.

O desempenho de um contabilista não se limita em digitar computadores para realizar registros, nem em comandar para que isto se faça, nem em demonstrar, mas, substancialmente em explicar e interpretar os acontecimentos havidos com a riqueza patrimonial das empresas e instituições.

Para que cumpra tal nobre função é necessário que possua uma ordem de conceitos de rara profundidade e de nível deveras superior na escala do conhecimento.

A tarefa executiva possui um limite curto, mas o entendimento sobre o comportamento do patrimônio é de extensão incomensurável.

A QUESTÃO DA CLASSIFICAÇÃO DO CONHECIMENTO

Melhor se avalia algo que se aprende quando conhecidas são as raízes do conhecimento e quais os grandes objetivos que com o mesmo se pode alcançar.

Não obstante o genial Descartes tivesse sonhado com uma ciência única, a verdade é que o tempo se incumbe, cada vez mais, de mostrar a utilidade em se desdobrar os diversos ramos, grupa-los e associa-los por objetivos.

Tudo isto muito ajuda a pensar quando o saber é observado em seus agregados, mas, isto, demanda classifica-lo.

A discussão em torno da classificação das ciências, portanto, é uma questão de natureza importante para que se escolha a “forma de raciocinar”.

A formação de juízos depende da qualidade dos mesmos porque é assim que avaliamos aquilo que identificamos e através do que podemos formular as nossas proposições (estas são as roupagens dos juízos).

Difícil é analisar demonstrações contábeis sem um método e impossível é um procedimento indagativo eficaz se alguém não se situa mentalmente perante a própria natureza de um conhecimento.

Não se trata de um mero capricho retórico e nem de uma sofisticação, mas, sim, de uma orientação do pensamento.

Classificar as ciências e encontrar, naquela que é nossa preocupação, o seu lugar, é ponto de partida fundamental para a constituição de raciocínios sadios.

A CONTABILIDADE E AS MATEMÁTICAS

Pesquisas arqueológicas realizadas na região onde se situou a antiga Suméria trouxeram a luz tabuletas de argila que continham exercícios de alunos de escolas de cálculos.

Dentre aqueles escritos feitos há milhares de anos, estavam os de exercício de registros contábeis.

Por serem tais peças encontradas juntas, no mesmo local, é de supor-se que o ensino dos registros contábeis era feito em “escola de aritmética”.

A mescla de cálculos e Contabilidade parece ter atravessado longo tempo na história dos povos.

Assim, por exemplo, na época em que a escrituração por partidas dobradas era ensinada nas escolas de ábaco, ou seja, junto, ainda, com as noções de cálculos mercantis, prevalecia o entendimento de que tudo se tratava da “ciência dos números”.

A primeira publicação impressa no mundo contendo assuntos contábeis (1494) foi inserida em um tratado de matemáticas, evidenciando uma ótica de comprometimento e ligação estreita na difusão de tais disciplinas.

Não fosse isto e não se justificaria que o autor, Luca Pacioli, tivesse inserido a escrituração mercantil em um “Tratado de Computação e de Escrituração”, como parte de sua obra denominada de “Sumário de Aritmética, Geometria, Proporção e Proporcionalidade”.

A referida publicação surgiu na mesma época em que os químicos se preocupavam apenas com as misturas de substâncias para ver o que disso resultava e que também os contadores tinham como ofício básico o escrever sobre o que acontecia nas casas de comércio e indústrias, com uma forma especial disciplina em fazê-lo, para apurar resultados.

Informava-se apenas sobre o acontecido, de forma apática.

O primeiro capítulo do Tratado referido tinha, pois, como título, algo bem prático, visando a um escriturar adequadamente : “Daquelas coisas que são necessárias ao verdadeiro comerciante e da boa ordem com que se deve levar um livro razão, com o seu diário, em Veneza ou em qualquer outro lugar”.

O trabalho segue sempre o pragmático e o segundo capítulo já é dedicado ao inventário, o terceiro ao modelo do inventário e assim segue realizando inclusive advertências e cuidados sobre o bem registrar e manter as contas.

O empírico foi, portanto, o predominante, ou seja só o observar e evidenciar o que ocorria com os negócios no que tange aos registros ou lembranças que deveriam ser gravadas.

Com o passar do tempo, todavia, tanto a Química quanto a Contabilidade embrenharam-se pelo caminho da compreensão essencial dos fatos com os quais lidavam, buscando explicações sobre os fenômenos e assim tais conhecimentos se transformaram em ciências.

A inquietação fundamental a partir de Galileu e Newton foi a de começar a elucidar sobre as coisas sucedidas com os corpos e o mesmo sucedeu também na área contábil com relação à riqueza.

A partir de Ângelo Pietra, no século XVI (veja-se sobre a matéria meu livro História Geral e das Doutrinas da Contabilidade, edição Atlas, São Paulo) a busca de conceitos e entendimentos sobre as razões do que se registrava ganhou relevância.

A Contabilidade, antes da Física e da Química, portanto, buscou a explicação de muitos dos fatos da riqueza partindo de conceitos, embora só tivesse sido reconhecida como ciência muito mais tarde, em 1836, na França.

CLASSIFICAÇÃO DA CIÊNCIA CONTÁBIL

O grupo de ciências no qual a Contabilidade se insere foi logo definido quando também se deu o seu reconhecimento científico.

Embora pudesse parecer irrelevante tal distinção, na realidade, entretanto, a maior Academia de Ciências do mundo, na época, preocupou-se logo em fazê-lo.

Os mesmos que identificaram a nossa disciplina como racional e sistemáticas a enquadraram como “social”, pela proposição de Costaz.

Tal classificação fundamentou-se na essência do que estudamos e na importância que se dava na época ao assunto, quando, também, pelos esforços de Augusto Comte nascia a Sociologia.

Isto porque o julgamento sobre o que se observa a respeito da evolução da riqueza depende de “dimensionar” o porque as coisas essenciais se consideram quanto ao envolvimento delas em cada fato sucedido ou por suceder.

Só através de “relações” é possível conhecer o que de veras ocorre e isto depende de comparações, exigindo-nos saber de veras “o que comparamos”.

Diante de anotações e registros que nos levam a demonstrações é preciso entender, julgar o que evidenciamos e então prever que destino está reservado a uma empresa ou instituição.

Sem cultura, pois, não é possível prognosticar o futuro dos negócios e nem de instituições de fins ideais, pois tudo dependerá sempre do comportamento de patrimônios para sobreviver.

Logo, é importante, sim, e, muito, se ter consciência sobre a classe de fenômenos que são objetos de nossos estudos.

Na realidade o que examinamos tem como objeto movimentos que se operam para a satisfação de necessidades humanas, do homem em seu ambiente maior e que é o social.

CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E CONTABILIDADE

A vocação que de início houve em observar os fatos contábeis só através de números que medem os eventos deu a aparência de que a classificação de nossa disciplina seria a de uma ciência matemática.

No século do iluminismo, Forni escreveu em seu Tratado que a Aritmética servia para “demonstrar alguns teoremas e resolver alguns problemas adaptados aos fundamentos da partida dobrada” (obra identificada na bibliografia, página 30).

Discorreu sobre quantidades, símbolos, chegando a evocar axiomas e postulados que entendeu serem aplicáveis aos fatos registrados.

Não desenvolveu, todavia, uma doutrina específica, mas, evidenciou a estreita ligação nossa com a ciência dos números.

Algumas teorias modernas, entretanto, foram desenvolvidas com o uso de recursos matemáticos como, por exemplo a de Dumarchey, sob alguns aspectos a de Lopes Amorim, a de José Lourenço de Miranda, Álvaro Porto Moitinho, Américo Mateus Florentino e outras, mas sem proclamar que nossa disciplina pertencia a tal ramo.

Foram manifestações lógicas de valor sobre as partidas dobradas, a respeito das equações e das matrizes patrimoniais, inquestionavelmente valorosas como desenvolvimentos de raciocínios sobre as contas.

Procurou-se através de entidades numéricas e algébricas estabelecer fórmulas deveras engenhosas, evidenciando a utilidade das razões evocadas.

O próprio Dumarchey foi ostensivo em afirmar que: “consideramos que a Contabilidade assenta completamente sobre a noção do valor, fato social de uma importância capital, pelo que chegamos a conclusão de que ela pertence ao grupo das ciências sociais, e não ao das ciências matemáticas” (obra referida na bibliografia).

Até hoje, ilustres estudiosos admitem que os raciocínios aritméticos e algébricos são deveras os relevantes mas que devem ser considerados apenas como instrumentos.

Existem, entretanto, ainda, os que insistem na classificação de nossa disciplina entre as ciências exatas.

Entendo, todavia, como Dumarchey, Masi, Zappa e tantos outros que a Contabilidade não é uma ciência do ramo das matemáticas.

Ela, como todos os demais ramos científicos, utiliza-se, como instrumento, sim, dos recursos dos números, dos cálculos, apelando para quantificações para medir e avaliar, mas, isto não autoriza a considerar que por isto esteja inserida como um ramo das “exatas” e nem as demais outras.

Basta um só argumento para evidenciar tal questão.

Nas matemáticas o fator “tempo” não existe porque as suas entidades são enunciadas como se fossem eternas.

A uma “implicação”, por exemplo, onde se evidencia que $\alpha \rightarrow \beta$ não importa em que tempo isto ocorra.

Uma “bicondicional” $\delta \Leftrightarrow \varphi$ desconhece igualmente a questão temporal.

Embora existam filósofos que se apeguem ao estático como sentido de essência das coisas, como Hegel (este que até o princípio da contradição deixou de aceitar para efeito do processo dialético), a realidade das necessidades e das utilidades não nos parece coincidir com isto.

Em Contabilidade, fundamentalmente, logicamente, não podemos excluir a dimensão “tempo” para a análise dos fenômenos e o que tomamos como estático é apenas uma referência de um próprio momento passado.

Embora sejam muitos os filósofos que neguem o valor do tempo o fato é que o mesmo é concreto, palpável e determinante na ocorrência dos fenômenos da riqueza das células sociais.

A doutrina do neopatrimonialismo, baseada na realidade, amparada por uma vasta teorização, insere o “tempo” dentro das que considera “relações dimensionais”, estas como um grupo das relações lógicas que explicam o fenômeno patrimonial.

Quando expressamos, em dialética matemática, que $(P_m \rightarrow f) (P_n = 0) \Rightarrow E_a$, para demonstrar que um meio patrimonial implica em função, para o que se tem a necessidade patrimonial anulada, implicando logicamente em eficácia, nisto admitimos, como fundamento implícito, uma dinâmica, na qual se insere a de Tempo.

A entidade contábil, mesmo expressa em fórmula, não consente entendimentos que possam ferir os elementos dimensionais.

Enquanto as matemáticas, dentro do preceito de eternidade, puro, contentam-se com a estática para enunciar as suas verdades, a Contabilidade neopatrimonialista aponta o “axioma do movimento” como fundamento da transformação e esta como elemento essencial das “funções” que advêm do movimento da riqueza (atuada por agentes que tendem a transforma-la).

Como a dinâmica patrimonial é uma sucessão de eventos no tempo, é óbvio que diferente é a forma de tratamento dos assuntos relativos aos fenômenos sobre os quais tratam as ciências da Contabilidade e a das Matemáticas.

Ademais, a entidade matemática é ampla e por ser abstrata se aplica a quaisquer ramos do conhecimento humano, fato que não ocorre com a Contabilidade e que é específica do patrimônio, este atado à vida do homem em sociedade (ver sobre a matéria minha obra: Teoria da Contabilidade edição Atlas).

Exclua-se a sociedade e desaparecerá a célula social e exclua-se esta e a riqueza perderá seu conceito de valor relativo.

Embora a doutrina hegeliana afirme que a parte é a negação do conteúdo e o conteúdo a negação da parte, fato é que a nós, como nas diversas outras ciências, o que deveras nos interessa é o que se possui como objeto de estudos, sob o aspecto particular que o mesmo venha a ser observado.

A Contabilidade tem a riqueza da célula social como objeto e tal matéria não é abstrata e nem estática na consideração de seus fenômenos.

Desde as primeiras obras que ensinaram as partidas dobradas nota-se a preocupação com a “gestão da riqueza”, com tudo aquilo que a ela diz respeito e isto já se evidencia com uma ampla clareza e detalhes no livro de Ângelo Pietra, de 1586, onde já se encontra, inclusive, bases de uma Contabilidade Gerencial (obra identificada na Bibliografia, especialmente dos capítulo 18 em diante).

CLASSIFICAÇÃO DA CONTABILIDADE COMO CIÊNCIA SOCIAL

Uma Ciência é um estudo de relações no sentido do conhecimento da verdade. Trata-se de um esforço da mente na busca de conhecer qual a constância dos acontecimentos, o que os provoca e como se comportam em face da generalidade ou universalidade de ocorrência.

Dentre os três grandes grupos de relações lógicas que formam o “fenômeno contábil” o neopatrimonialismo considera as que se denominam “Relações Ambientais”.

Nas referidas estão as do entorno interno da célula social (empresas e instituições) e as externas, todas agentes sobre a riqueza.

As internas referem-se à administração e ao pessoal executivo, assim como as dos procedimentos de trabalho e modalidades de uso da riqueza.

As externas são as que se relacionam à natureza, ao Estado, à Ciência, à Tecnologia, ao mercado etc.

As doutrinas contábeis só se despertaram para tais influências há pouco mais de cem anos, mas, as tecnologias de nossa disciplina só começaram a se desenvolver neste sentido há pouco mais de meio século.

A vocação moderna apresentada pela Contabilidade volvida ao Social, ao Ambiente Natural, aos Recursos Humanos Intelectuais e Executivos, ao Mercado Internacionalizado, pende progressivamente para a consideração dos agentes da riqueza que estão em seus entornos, reconhecendo as relações indissolúveis entre o tempo e a riqueza, ou seja, as dos momentos em que os fatos se sucedem.

Tudo isto confirma a natureza eminentemente social, do homem, como preocupação fundamental da disciplina contábil e afasta a conjectura de que possa ser aceita como algo apenas dedicado de forma abstrata a entes matemáticos.

As empresas, as instituições de fins ideais, são células da sociedade e os fenômenos que nas mesmas ocorrem recebem e praticam influências no ambiente social, possuindo sempre as relações entre as necessidades humanas e os meios de suprimento destas.

Várias, inclusive, foram as teorias que tentaram estabelecer uma ciência da célula social a que atribuíram uns o nome de “aziendologia”, outros “economia aziendal” e ainda outros de “economia de empresa”, mas, tudo dentro de um âmbito nitidamente atado ao ramos dos conhecimentos “sociais”.

Chegou-se, depois a conclusão, mesmo com a grande prosperidade doutrinária que ocorreu, que seria impossível adotar um só método para um complexo formado de seres humanos (pessoal) e coisas materiais (patrimônio) e terminou-se por consagrar a divisão de tais objetos.

A Contabilidade fixou-se, então, solidamente, como a ciência dos fenômenos patrimoniais das células sociais e em tal circunstância, inquestionavelmente, só como ciência social pode ser considerada.

Acresce ainda como argumento a ponderar a moderação que muitos mestres da epistemologia moderna evocam (como John Losee), no sentido de que nem o utilitarismo e nem o excesso de logicismo prevaleça.

Tal forma de perceber favorece ainda mais o entendimento de que o necessário é observar com algum ceticismo a própria concepção do que seja deveras “exato” em matérias que têm seus fenômenos quantificados em valores sujeitos a mutações, como é o caso da Contabilidade.

A quantificação, em nossas doutrinas neopatrimonialistas, naquelas que Masi tanto defendeu, é uma variável dependente de fatores externos à célula social, completamente diferente daquelas que sustentam os conceitos matemáticos em seus axiomas basilares.

BIBLIOGRAFIA

COMTE, Auguste – Cours de Philosophie Positive, volume I, Les préliminaires généraux et la philosophie mathématique, 5ª edição, edição Au siège de la société positiviste, Paris, 1892

CUNHA, Joaquim José - Matemáticas a serviço da Contabilidade , I Seminário Latino de Cultura Contábil, PROLATINO, edição CEPPEV,

Fundação Visconde Cairu e Academia Brasileira de Ciências Contábeis, Salvador, Bahia, 1998

DAVIS, Philip J. e HERSH, Reuben – O sonho de Descartes, edição Francisco Alves, Rio de Janeiro s/d

DUMARCHEY, J. - Théorie Positive de la Comptabilité, 2^a. edição, impressora Monloup-Robert, Lyon, 1933

FLORENTINO, Américo Matheus – O crescente domínio da matemática no desenvolvimento da Contabilidade, em Revista Brasileira de Contabilidade, n. 115 , edição do Conselho Federal de Contabilidade, Brasília, janeiro/fevereiro de 1999

FORNI, Giuseppe – Trattato theorico pratico della vera scrittura doppia con suo esemplare, 2^a edição Giuseppe Bolzani, impressor da Universidade, Pádua 1794

FRANCO, Hilário - Fundamento Cientifico da Contabilidade, edição Revisora Gramatical, São Paulo, 1950

HEGEL, G.W.F. - Enciclopédia das Ciências Filosóficas, vols. 1 e 2 , Athena Editora, São Paulo, 1936

HERCKERT, Werno – O patrimônio e as influências ambientais, impressão MEGAS, Horizontina, dezembro de 1999

HESSSEN, Johannes – Tratado de Filosofia, I volume, edição Sudamericana, Buenos Aires, 1957

JUNG, Carl G. – O homem e seus símbolos, editora Nova Fronteira, 16^a edição, Rio de Janeiro, abril 1998

LOSEE, John – Introdução Histórica à Filosofia da Ciência, edição Terramar, Lisboa, 1998

MASI, Vincenzo – Filosofia della Ragioneria, edição Tamari, Bolonha, 1961

PACIOLI, Luca – Summa de Arithmetica Geometria Proportioni et Proportionalita, Distinção nona, Tratado XI, De scripturis, Veneza, novembro de 1494, impressão Galli Thierry, Milão reimpressão 1994

PALAU, J. Xirau - O sentido da verdade, edição Atlantida, Coimbra, 1973

PIETRA, Ângelo – Indirizzo degli economi, edição Francisco Osanna, Mantua, 1586

RAMIREZ, Maria del Carmen Rodriguez de - Reflexiones sobre el status epistemologico de la contabilidad, em Contabilidad y Auditoria, n^o. 1, edição do Instituto de Investigaciones Contables , Facultad de Ciencias Económicas da Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, 1995

SÁ, Antônio Lopes de - Por que a Contabilidade é Ciência Social, Boletim da Contadoria Geral da República, número 190, Rio de Janeiro, setembro de 1952

SÁ, Antônio Lopes de - Teoria General del Conocimiento Contable, edição ICAC, Ministério de Economia e Fazenda , Madri, 1997

SÁ, Antônio Lopes de e LÓPEZ, Juan Rodriguez - La investigación científica en Contabilidad, Revista de Ciências Economicas y Administrativas, n.º. 16, Universidade da República do Uruguai, Montevidéo, 1959
SERRA, Luigi - Rivalutare la Ragioneria , edição Pontone , Cassino, 1997
VOLTAIRE – Dicionário filosófico, edição Athena, São Paulo, 1947